

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura



# OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Dezembro / 2015

# 10

Escola de Gestão e Direito  
Ciências Econômicas

 Universidade  
**Metodista**  
de São Paulo  
Inovação desde 1938

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura

Universidade Metodista de São Paulo  
Escola de Gestão e Direito  
Curso de Ciências Econômicas  
Observatório Econômico

**Reitor**

Dr. Márcio de Moraes

**Diretor da Escola de Gestão e Direito**

Dr. Fulvio Cristofoli

**Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas**

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

**Coordenador de Estudos**

Me. Sandro Renato Maskio

**Professor**

Me. Sebastián A. B. Escobar

**Funcionária**

Bruna Romualdo Teixeira

[www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)

2

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# 3

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>PANORAMA ECONÔMICO.....</b>	<b>6</b>
<b>MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>9</b>
<b>INFLAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>16</b>
<b>COMÉRCIO EXTERIOR.....</b>	<b>18</b>
<b>OPINIÃO.....</b>	<b>20</b>

# APRESENTAÇÃO

Esta décima edição do Boletim EconomiABC avalia o comportamento da economia regional neste momento de recessão e elevação da inflação que têm caracterizado o ano de 2015. Este ano deverá registrar o pior desempenho da economia brasileira dos últimos 25 anos.

A massa salarial da economia do Grande ABC se retraiu ao longo deste ano, fruto da retração no mercado de trabalho, com reflexos negativos sobre o comércio. Nos últimos dois anos, o Observatório Econômico tem encarado a tarefa de analisar o comportamento da economia regional, bem como tem tido a possibilidade da divulgação de avaliações na Coluna Opinião, com vistas a qualificar o debate econômico na região.

*Sandro Renato Maskio*  
*Coordenador de Estudos do Observatório Econômico*  
*Universidade Metodista de São Paulo*

# 5

# PANORAMA ECONÔMICO

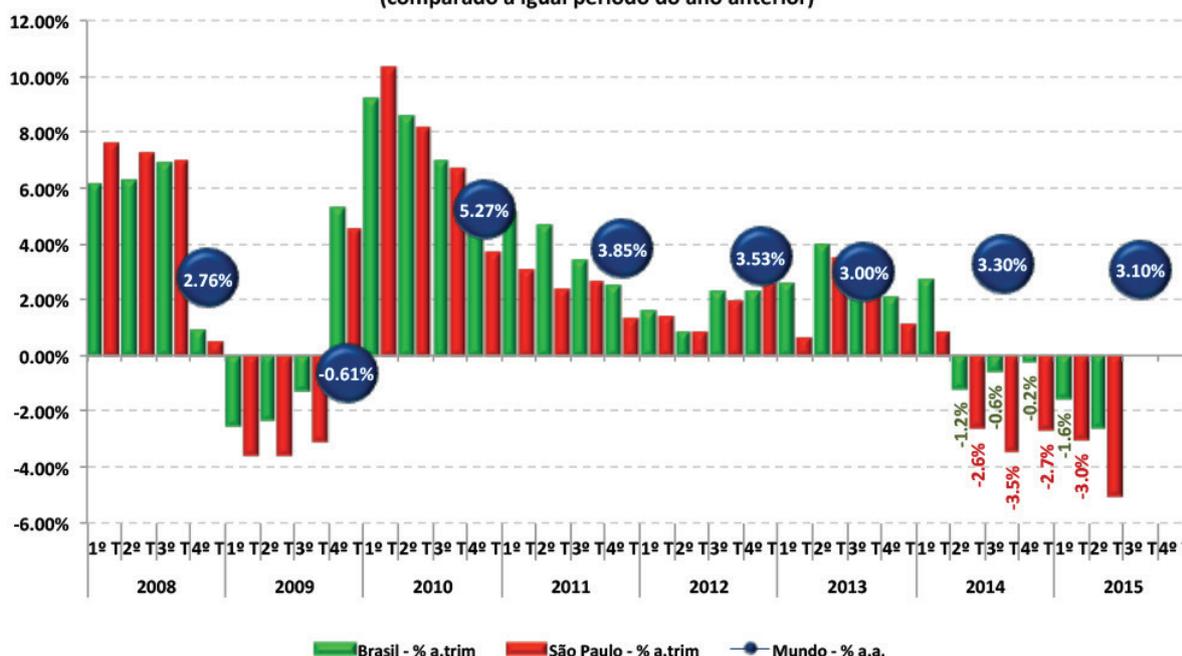
No último mês de outubro, o Governo Federal revisou para baixo a expectativa de crescimento econômico do Brasil em 2015. De acordo com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 deverá registrar uma retração de 3,1%. Esta projeção é mais favorável que o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central, o IBC-Br que, no acumulado até agosto deste ano, estima que a atividade econômica diminuiu 2,99%.

Confirmando esta projeção do governo, 2015 deverá registrar o pior desempenho do PIB desde 1990, quando a retração foi de 4,35%. Naquele ano a estratégia de combate à inflação combinou um congelamento de preços e o bloqueio de liquidez no sistema bancário, acompanhados de uma política fiscal contracionista.

A atual política econômica do governo tem como objetivo central recompor a solidez dos fundamentos macroeconômicos, tão exaltados na gestão do então ministro Mantega. O desempenho econômico observado nos últimos anos não se deu por uma melhoria no nível de investimento, ampliação da produtividade ou da disponibilidade de fatores de produção. Os dados das contas nacionais apontam que o crescimento do consumo das famílias e do governo foram os agregados macroeconômicos que mais cresceram e influenciaram o PIB nos últimos anos. Do lado da oferta, o volume de investimentos no Brasil não ultrapassou os 18,5% do PIB, bastante inferior a taxa de investimentos de outros países, como apresentado em edições anteriores do Boletim EconomiABC.

# 6

## Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: FMI, IBGE e SEADE

Grande parte da expansão do consumo dos últimos anos se deu à custa do orçamento público, seja por meio de desonerações tributárias, subsídios, defasagem de tarifas e preços públicos, bem como pelas despesas correntes. Como consequência, observamos uma deterioração no resultado do orçamento do setor público no período entre 2010 e 2014. No ano passado, o déficit nominal foi de R\$343,9 bi, equivalente a 6,23% do PIB.

Dada a pressão sobre as contas públicas, a dívida bruta do setor público cresceu de 59,7% do PIB, no começo de 2014, para 70% do PIB, em agosto de 2015. Com a elevação da taxa de juros a despesa com pagamento de juros da dívida pública no próximo ano deverá se elevar. Em 2014 esta despesa somou aproximadamente 5,6% do PIB, tendo sido superada nos nove primeiros meses de 2015.

Um dos fatores preocupantes no contexto atual refere-se à dificuldade que o governo vem enfrentando para conseguir organizar as contas públicas e promover o ajuste fiscal. O próprio Governo Federal divulgou, em outubro, que o déficit primário deverá ser de aproximadamente R\$60 bilhões neste ano (em 2014 foi de R\$32,5 bilhões), sobre os quais devem se somar ainda as despesas com pagamento de juros.

A necessidade de se fazer um ajuste no orçamento público é premente. A curto prazo, a solução visa reduzir o déficit, diminuir a necessidade de financiamento e, consecutivamente, a necessidade de pagamento de juros. Este que é um gasto com características regressivas.

# 7

A médio e longo prazo esta discussão deve passar por uma melhoria na estrutura do sistema tributário e, também, dos gastos públicos, com vistas não somente a melhorar o aspecto financeiro mas, também, o aspecto qualitativo das finanças públicas no Brasil.

As dificuldades que a equipe econômica tem enfrentado para encaminhar as medidas necessárias para a realização do ajuste fiscal envolvem pressões e divergências entre os grupos políticos e, também, as pressões advindas dos vários grupos de representações sociais e da sociedade civil, com interesses diversos.

	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Crescimento Econômico</b>	2.70%	0.1%	(2,8)% <sup>1</sup>
<b>Inflação (a.a)</b>	5.91%	6.41%	9,46% <sup>1</sup>
<b>Taxa de Juros - selic (a.a)</b>	10.0%	11.75%	14,25% <sup>2</sup>
<b>Balança Comercial (US\$ FOB)</b>	2,55 bi	(4,04) bi	10,24 bi <sup>2</sup>
<b>Transações Correntes (US\$ FOB)</b>	(74,7) bi	(103,5) bi	(49,3) bi <sup>2</sup>
<b>Superávit Primário (% PIB ac. 12 meses)</b>	1,77% PIB	(0,59) %PIB	(0,76) % PIB <sup>2</sup>
<b>Déficit Nominal (% PIB ac. 12 meses)</b>	3,05% PIB	6,23 % PIB	9,21 % PIB <sup>2</sup>
<b>Dívida Pública Líquida (% PIB)</b>	31,5% PIB	34,1% PIB	33,7% PIB <sup>2</sup>
<b>Geração de Emprego</b>	1,323,461	904,913	(657.761) <sup>2</sup>

1 - expectativa do Governo para o ano de 2015, divulgada em setembro de 2015  
2 - dados acumulados até setembro de 2015

A equipe econômica do governo também se depara com o objetivo de conter a inflação, que neste ano de 2015 está contaminada com o efeito da recomposição dos preços público e administrados, como a energia elétrica e os combustíveis, bem como pela desvalorização do Real, encarecendo as importações que nos últimos anos contribuiu para conter a pressão inflacionária no mercado doméstico.

Neste ano de 2015, a inflação deverá fechar o ano próximo a 10%, bastante acima do teto da meta, que é de 6,5%. Entretanto, há riscos da taxa de inflação também ficar acima da meta em 2016, tendo em vista a contaminação provocada pelo aumento no preço dos combustíveis e pela desvalorização do Real. Sem contar os efeitos da realização de um possível déficit primário também neste ano de 2015 e a pressão que exercerá sobre a necessidade de endividamento.

Diante deste cenário a economia do Grande ABC também apresenta uma retração, que pode ser visualizada no mercado de trabalho, que perdeu mais de 27 mil postos formais de trabalho, até setembro deste ano, e cujo índice de desemprego aumentou para cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA).



Com relação ao Comércio Exterior, o Grande ABC registra uma melhora no saldo da Balança Comercial, provocada especialmente pela queda de mais de 25% nas importações até setembro deste ano, dado a retração da produção local com o aumento do custo destas provocado pela desvalorização do Real. Apesar desta desvalorização, as exportações diminuíram cerca de 6% no acumulado até setembro, comparado ao mesmo período do ano passado.

A retração da atividade econômica e do emprego na região tem afetado o setor comercial que, no acumulado até setembro, apresentou redução no volume de empregos formais, o que é atípico para o setor, comparado à série de anos anteriores.

No cenário internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo as projeções de crescimento da economia mundial. Segundo a instituição, o PIB mundial deverá crescer 3,1% em 2015, ante o 3,3% previsto anteriormente, e cerca de 3,6% em 2016. De um lado, o FMI aponta a queda no preço das commodities como o principal fator negativo a afetar as economias emergentes. Do outro, o Fundo alerta para a perspectiva de aumento de juros nos Estados Unidos, além as mudanças no ritmo da economia chinesa.

O Grande ABC, diante das perspectivas do cenário nacional e internacional, bem como do comportamento apresentado por alguns indicadores da economia local, deverá fechar o ano de 2015 com retração do PIB.

## MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

As taxas de juros têm se elevado ao longo deste ano, acompanhando o movimento da política monetária contracionista, com foco na contenção de uma aceleração maior da inflação.

A taxa de juros do cheque especial, que neste ano ultrapassou os 200% a.a., retomou os níveis registrados em 1996, quando vivenciávamos os primeiros anos da política de combate à inflação do Plano Real. A taxa média de 263% ao ano registrada em setembro é praticamente o dobro da taxa média do cheque especial registrada em 2012. No último mês de setembro, também foi registrada a maior taxa de juros do crédito rotativo dos cartões de crédito dos últimos anos, de pouco mais de 414% a.a.

O custo do crédito às empresas também se elevou no período. A taxa média de juros para capital de giro à pessoa jurídica, que em 2012 fechou o ano em 15,05% a.a., no mês de setembro registrava 26,84% a.a. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como taxa de remuneração de diversas linhas de crédito do setor público ao setor produtivo, aumentou de 5,0% para 6,6% a.a., no mesmo período.

# 9

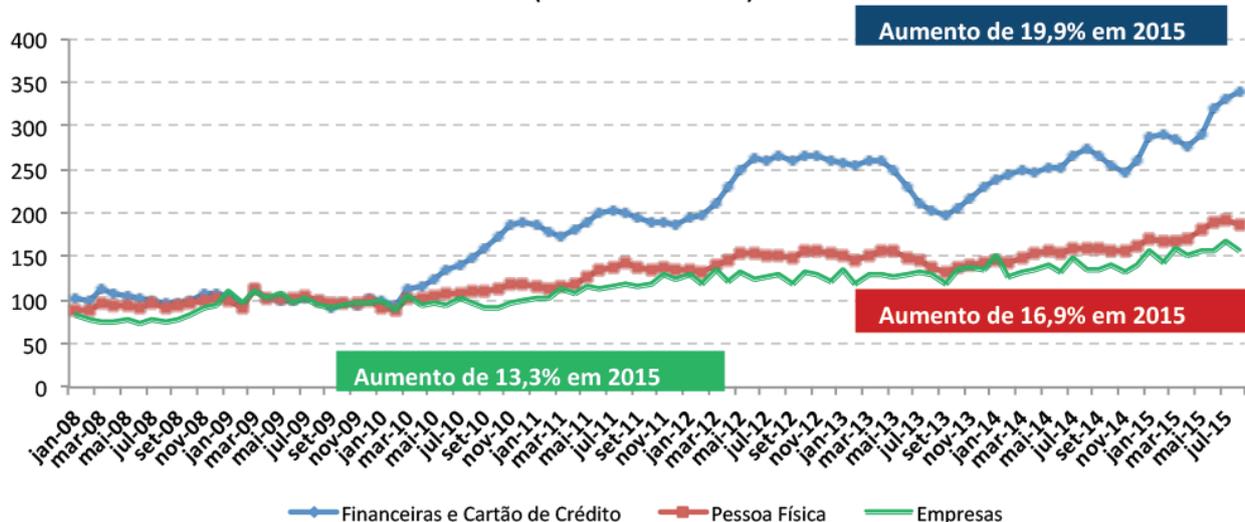
O aumento do custo do crédito acompanhou a elevação da taxa básica de juros no Brasil – SELIC. Nos últimos três anos e meio, a taxa básica de juros praticamente dobrou no Brasil, chegando a 14,25% no mês de setembro. Diversos são os fatores que têm sido apontados para explicar o motivo da taxa básica de juros no Brasil ser tão elevada: a baixa liquidez dos títulos de dívida pública no mercado internacional; a concentração existente no mercado financeiro brasileiro, com poucos grandes credores; a baixa taxa de poupança doméstica; a necessidade de financiamento do setor público brasileiro; o grau de risco associado aos títulos públicos brasileiros, entre outros.

TAXAS DE JUROS (% a.a.)								
	dez/12	dez/13	dez/14	jun/15	jul/15	ago/15	set/15	out/15
<b>Selic</b>	7,25	10,00	11,65	13,75	14,25	14,25	14,25	14,25
<b>TJLP</b>	5,00	5,00	5,00	6,00	6,50	6,50	6,60	6,60
<b>Capital de Giro</b>	15,05	19,86	21,79	24,33	24,89	26,01	26,84	
<b>Cheque Especial</b>	138,04	147,94	189,34	241,30	246,91	253,19	263,73	

Fonte: Banco Central do Brasil

A elevação da taxa de juros mostra-se também correlacionada com o comportamento da inadimplência. Segundo dados da Serasa Experian, a inadimplência dos consumidores – pessoas físicas – aumentou 16,9% até agosto deste ano, comparado a igual período do ano passado. A maior elevação foi registrada junto às financeiras e operadoras de cartão de crédito, cujo aumento na inadimplência foi de 19,9% no mesmo período. Ainda que em uma proporção menor, as pessoas jurídicas também apresentaram uma elevação de 13,3% na inadimplência até o mês de agosto, comparado ao ano de 2014.

### Inadimplência - Região Metropolitana de São Paulo (média de 2009 = 100)



Fonte: Serasa Experian. Nota: variação calculada comparando a média de 2014 e 2013

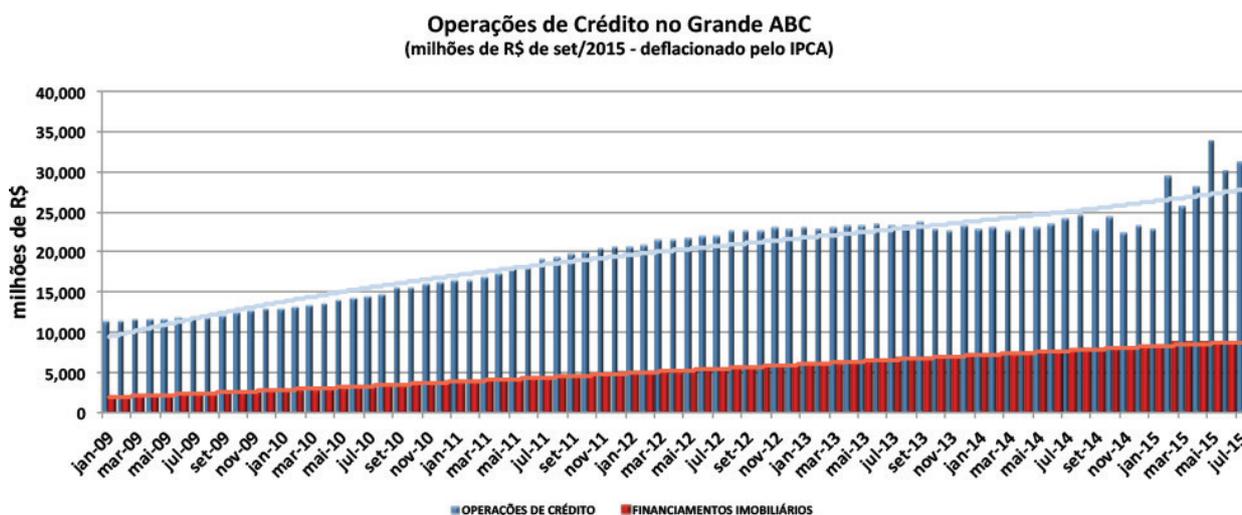
Segundo o Banco Central, em agosto deste ano, o endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a cerca de 45,98% da renda anual das famílias. No mesmo mês, o grau de comprometimento mensal da renda, com serviços da dívida, foi de aproximadamente 22,16%.

A elevação da taxa de juros, combinada com o elevado grau de endividamento das famílias, têm provocado uma desaceleração na demanda por crédito no país. De acordo com pesquisa da Serasa Experian, as famílias com renda entre R\$1.000 e R\$2.000 foram as que mais contribuíram para a expansão da demanda por crédito, neste ano. No terceiro trimestre deste ano a demanda por crédito das famílias apresentou uma significativa redução comparativamente aos dois primeiros trimestres, em todas as faixas de renda.

Do lado do setor produtivo, a demanda por crédito reduziu 0,8% segundo pesquisa na Serasa Experian, comparando o período entre janeiro e agosto deste ano com igual período do ano passado. A retração se mostrou mais intensa junto às médias e grandes empresas, em especial nos setores da Indústria e do Comércio.

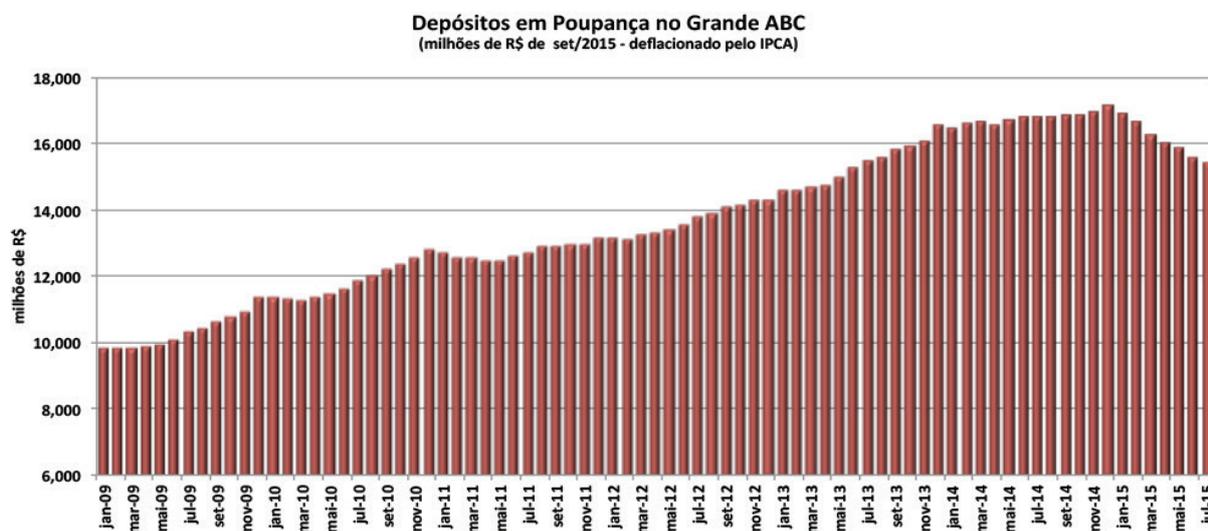
Mesmo com esta redução na disposição em demandar crédito, no atual contexto econômico do Grande ABC, que nos últimos 12 meses registra uma redução de aproximadamente 9,9% na massa salarial, houve aumento no volume de operações de crédito. O volume de operações de crédito acumulado em julho de 2015, de aproximadamente 30 bilhões, é 28% maior que o registrado em igual mês do ano anterior. O comportamento observado em 2015 reverte a tendência de desaceleração que vinha sendo observada desde 2012 no volume de operações de crédito na região.

O volume médio de operações registrado nos 12 meses compreendidos entre julho de 2014 e agosto de 2015 aumentou aproximadamente 14,4%, contra uma evolução de 0,83% para o mesmo intervalo entre 2014 e 2013.



Fonte: Banco Central do Brasil

Este aumento das operações de crédito decorre da necessidade das famílias honrarem compromissos de dívidas assumidos anteriormente, mediante a redução da massa de salários e aumento do desemprego. Este também levou a uma redução no volume de depósitos de poupança registrado na região do Grande ABC, como pode ser verificado no gráfico a seguir.



Fonte: Banco Central do Brasil

O saldo de depósitos registrado em julho deste ano, no montante de R\$15,4 bi, está 9,9% menor que o registrado em dezembro de 2014.

Diante da política monetária contracionista, e da retração no mercado de trabalho, os efeitos sobre a atividade comercial têm sido negativos. No acumulado entre janeiro e agosto deste ano, a média do desempenho das vendas no comércio varejista reduziu 2,9% no Brasil comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE. Nos 12 meses, entre setembro de 2014 e agosto de 2015, a PMC também aponta uma retração no setor comercial de cerca de 1,5%.

No Estado de São Paulo a atividade comercial retraiu 3,4% até agosto deste ano, comparado a igual período do ano passado, segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE. Nos 12 meses, entre setembro de 2014 e agosto de 2015, a retração do comércio em São Paulo foi de 2,1%.

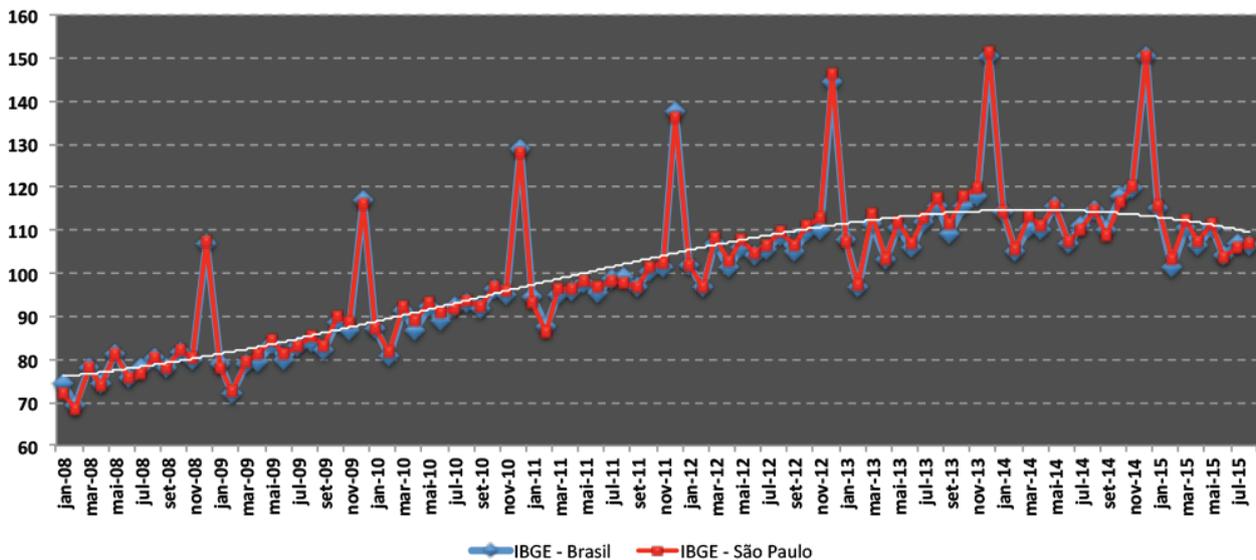
O desempenho do setor comercial ocorrido no segundo trimestre deste ano, comparado a igual período do ano anterior, foi o pior desempenho trimestral do setor desde o segundo trimestre de 2003. Diante do desempenho do setor, o levantamento realizado

pelos Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) apontou que apenas um em cada dez empresários do setor pretende contratar funcionários temporários neste final de ano. Os principais fatores apontados pelos mais de 1.150 empresários do setor entrevistados foram a queda nas vendas, a falta de confiança no desempenho da economia e a previsão de piora nas vendas do setor até dezembro.

Dado o comportamento de alguns indicadores da economia do Grande ABC, como o volume de crédito, a evolução do desemprego e o comportamento do salário real e da massa de salários, o setor comercial da região também tem sofrido com a redução do consumo.

Segundo o indicador de atividade comercial da Serasa Experian, os segmentos que vêm apresentando o pior desempenho comercial são veículos, motos e peças; combustíveis e lubrificantes; materiais de construção.

### Atividade Comercial (média de 2011 = 100)



Fonte: IBGE

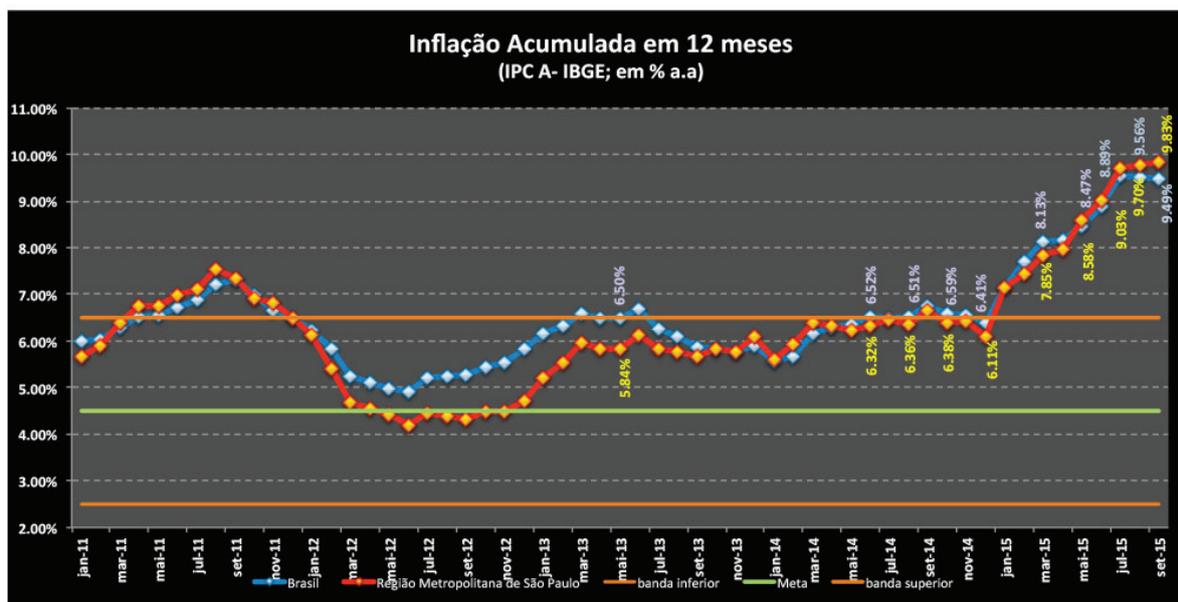
# INFLAÇÃO

Nos nove primeiros meses deste ano, a inflação acumulada é de 7,64%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA / IBGE). Em setembro, o governo revisou sua expectativa de inflação para 9,46% para este ano, semelhante à inflação acumulada nos 12 meses compreendidos entre outubro de 2014 e setembro de 2015, que foi de 9,49%.

O foco do Banco Central é trazer a inflação para dentro dos limites estabelecidos pelo teto máximo, que é de 6,5%, no ano de 2016. Para 2017, o Banco Central visa manter a inflação no Centro da meta, que é de 4,5%. A reorientação da política econômica adotada neste segundo governo de Dilma Rousseff, com vistas a recompor a saúde financeira e orçamentária do setor público, pressionou a inflação neste ano de 2015. Para ajustar as contas públicas, a equipe econômica diminuiu as renúncias e reduções de impostos, bem como recompôs os preços administrados e as tarifas públicas. Com destaque aos aumentos da tarifa de energia elétrica e dos combustíveis, cujo efeito tende a se espalhar na cadeia produtiva e no custo de vida.

Outro fator a pressionar a inflação tem sido a desvalorização do Real. Com o estímulo ao consumo interno realizado nos últimos anos, frente ao baixo nível de investimentos e à necessidade de prazos mais amplos para promover uma expansão da capacidade produtiva interna, a elevação dos fluxos de importação neutralizou parte da pressão que a demanda interna poderia exercer sobre o nível de preços.

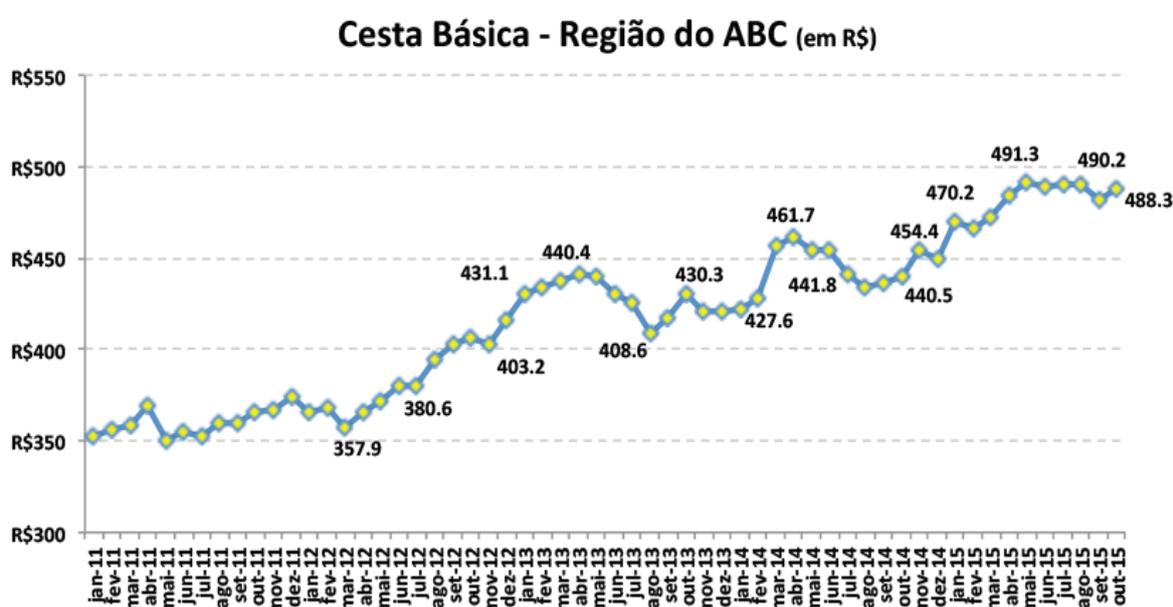
A desvalorização do Real, nos últimos meses, tem se refletido no custo de importação e, conseqüentemente, no custo de produção de diversos setores, o que tem contribuído para pressionar a inflação.



Fonte: IBGE

Para tentar recuperar a reputação da política econômica, o Conselho de Política Monetária manteve a meta de inflação em 4,5% para o ano de 2017, demonstrando que o governo está comprometido com a redução da inflação, mas diminuiu a margem de variação para 1,5 ponto percentual acima ou abaixo, a partir de uma proposta defendida pelo Ministro Joaquim Levy. Com isso, a meta do governo prevê que a inflação deva ficar entre 3% e 6%. A margem de variação atual está vigente desde 2006, sendo de 2 pontos percentuais acima ou abaixo.

Segundo o IPCA, a inflação acumulada no período de 12 meses finalizados em setembro de 2015, na Região Metropolitana de São Paulo, é de 9,83%. Ao longo dos últimos dois anos, a trajetória do nível de inflação da região tem sido bastante semelhante à inflação nacional, como pode ser observada no gráfico anterior.



Fonte: CRAISA

De acordo com o levantamento feito pela Companhia de Abastecimento de Santo André (CRAISA), a cesta básica na região do Grande ABC flutuou em torno de R\$490, fechando o mês de outubro em R\$488,26, 10,83% mais caro que em setembro de 2014. Ao longo dos nove primeiros meses deste ano, a inflação acumulada pelo grupo de Alimentos e Bebidas, na Região Metropolitana de São Paulo, segundo o IPCA, foi de 7,64%.

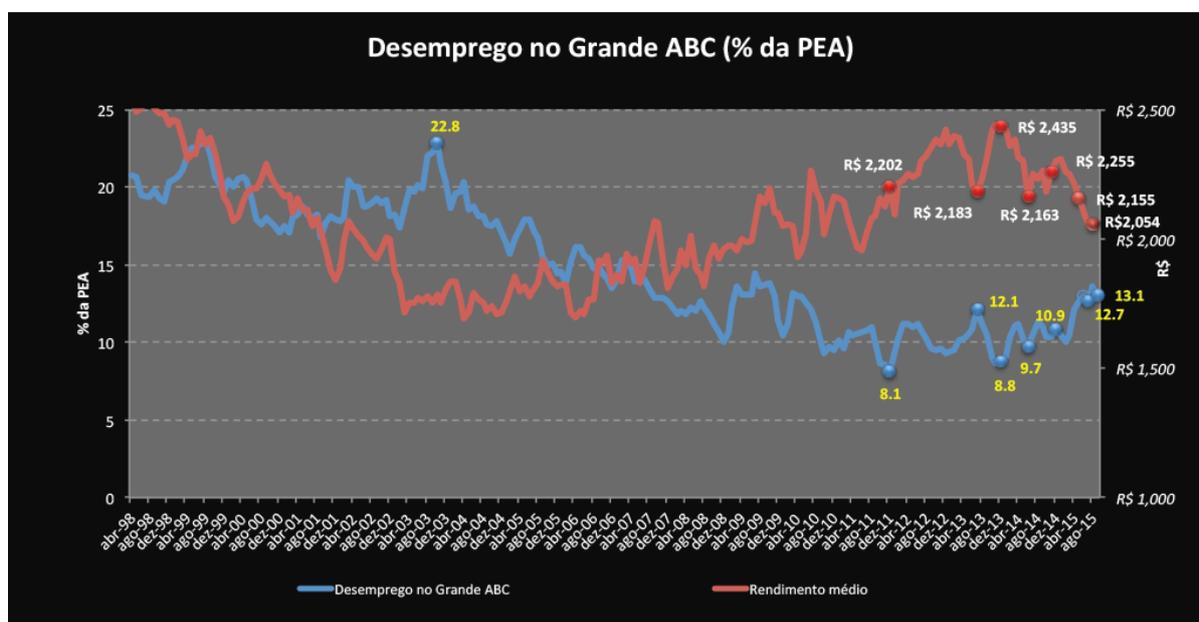
# MERCADO DE TRABALHO

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para o Grande ABC, realizada pelo SEADE / DIEESE, a taxa média de desemprego no terceiro trimestre deste ano ficou acima de 13% da PEA. A taxa de desemprego de 13,1% da PEA registrada no mês de setembro está acerca de três pontos percentuais acima da taxa de desemprego registrada nos primeiros meses deste ano, e a mais de dois pontos percentuais acima do mês de setembro dos anos de 2014 e 2013.

Com o aumento do desemprego, a PED também vem registrando redução real no salário médio do trabalhador. Nos últimos 12 meses encerrados em agosto deste ano, o salário médio dos ocupados apresentou uma redução real de 7,9%, e a massa de salários reduziu 9,9%, no período.

No plano nacional, no trimestre jun/ago de 2015, a taxa de desemprego medida pelo IBGE ficou em 8,7% da PEA, sendo 1,7 ponto percentual acima do mesmo trimestre do ano passado. A mesma pesquisa apurou um total de 8,8 milhões de desocupados com 14 anos ou mais na semana de referência da pesquisa, no período de jun/ago de 2015.

Assim como nos trimestres anteriores deste ano, o setor industrial é o que mais tem influenciado a elevação da taxa de desemprego observada no Grande ABC.



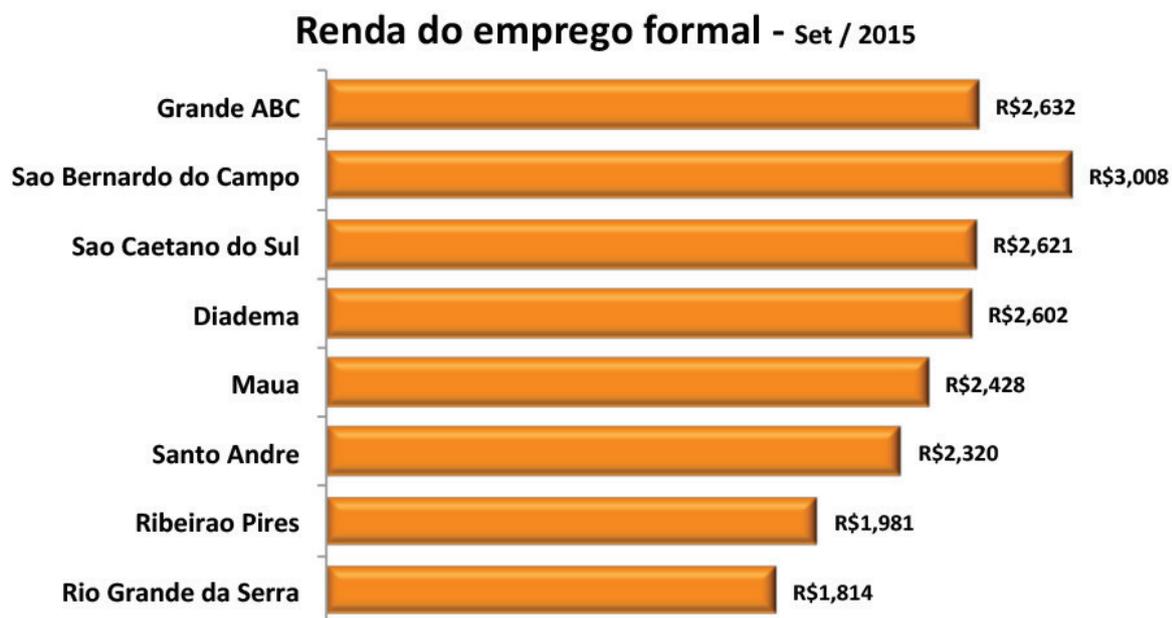
Fonte: SEADE

# 16

O Cadastro Geral de Empregos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registra as admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho, registrou a perda de 657.761 postos formais de trabalho no Brasil, entre janeiro e setembro deste ano, reflexo da retração da atividade econômica nacional, no atual contexto. No Grande ABC, o CAGED registrou a perda de 27.301 postos formais de trabalho no mesmo período. Somente a indústria perdeu 16.413 postos formais de trabalho, nos nove primeiros meses deste ano. Também chama atenção o fato de todos os setores da economia, conforme classificação do IBGE, registrarem perda de postos de trabalho na região.

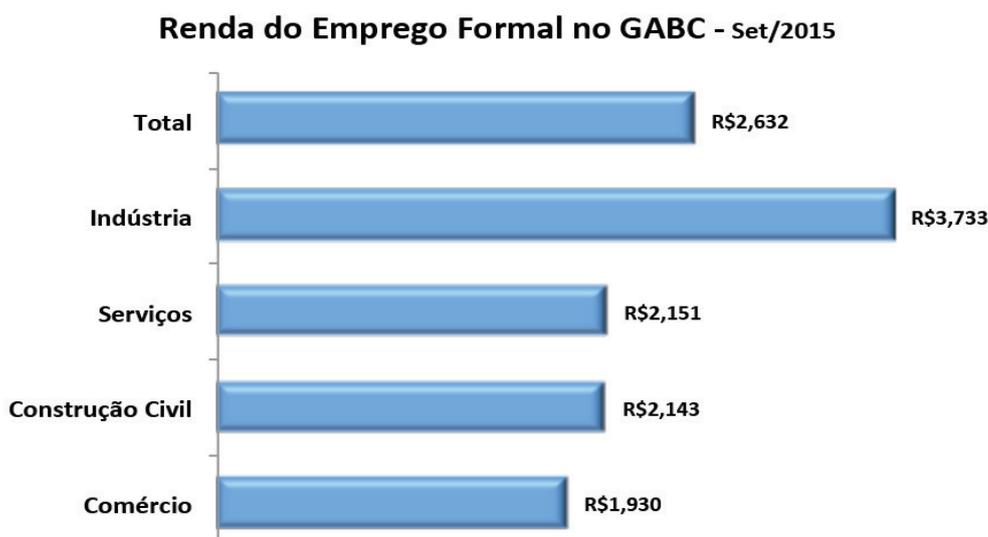
A desaceleração da atividade produtiva é o principal fator explicativo da redução dos empregos. Diversas empresas, especialmente no setor industrial, planejam conceder férias coletivas em dezembro, em função da baixa produção. A perda de postos de trabalho só não tem sido maior em função dos acordos de lay off, bem como do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que tem por finalidade auxiliar os trabalhadores na preservação do emprego, em momentos de retração da atividade econômica.

A estimativa para a renda média dos trabalhadores formalmente empregados, realizada a partir dos dados da base RAIS / CAGED do MTE, é de R\$2.632. Os municípios com maior participação industrial na geração de valor adicionado são os que apresentam maior renda média, como observamos nas edições anteriores.



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Os setores que apresentam maior renda média na região são: indústria, serviços, construção civil e comércio.



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Tendo em vista a maior representatividade do setor industrial, na geração da massa de salários da região, proporcionado pelos salários médios mais elevados, a redução de empregos no setor preocupa pelo efeito potencialmente maior que este tende a gerar na economia regional.

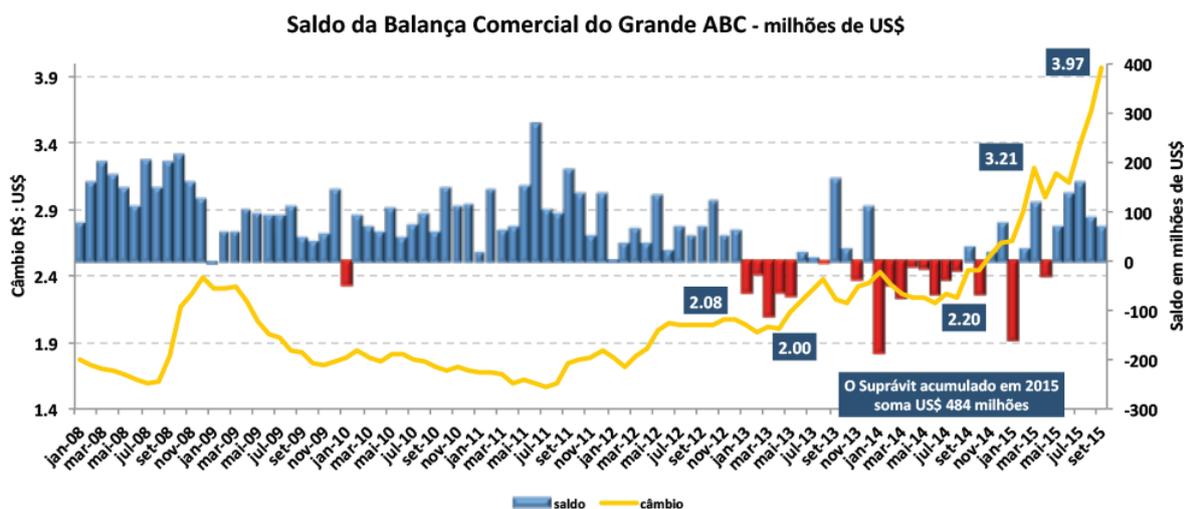
## COMÉRCIO EXTERIOR

Nos três primeiros trimestres do ano, a região acumulou superávit de US\$486 milhões (FOB) na Balança Comercial. Resultado este expressivamente melhor que no ano anterior, quando nos mesmos três trimestres acumulavam um déficit de aproximadamente US\$430 milhões (FOB).

Apesar da desvalorização da taxa de câmbio, no acumulado até o mês de setembro, as exportações somaram US\$3,7 bi (FOB), 6,3% menor que o registrado no mesmo período do ano passado. No mesmo intervalo, as importações somaram US\$ 3,3 bi (FOB), 25,9% menor que em igual período de 2014.

Devido a desaceleração da atividade produtiva interna e do encarecimento das importações, a Balança Comercial voltou a apresentar superávit.

# 18



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Os maiores superávits da Balança Comercial foram obtidos na comercialização de bens de consumo não duráveis e de insumos industriais. Do outro lado, os maiores déficits encontram-se na comercialização de bens de capital de transporte de uso industrial e de peças e acessórios para equipamentos de transporte, que alimentam a cadeia produtiva automobilística.

<b>COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC</b>			
<b>Janeiro - Setembro de 2015</b>			
	<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>IMPORTAÇÕES</b>	<b>SALDO</b>
	<b>US\$ FOB</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>US\$ FOB</b>
<b>BENS DE CAPITAL</b>	<b>309,545,133</b>	<b>831,764,311</b>	<b>(522,219,178)</b>
Equip. Transporte de Uso Industrial	270,111,804	740,059,847	(469,948,043)
Bens de Capital (exceto o anterior)	807,673,819	91,704,464	715,969,355
<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>525,425,050</b>	<b>307,603,142</b>	<b>217,821,908</b>
Duráveis	147,763,083	239,009,609	(91,246,526)
Não Duráveis	508,403,490	68,892,584	439,510,906
<b>BENS INTERMEDIARIOS</b>	<b>1,919,535,694</b>	<b>1,763,737,602</b>	<b>155,798,092</b>
Insumos Industriais	1,455,205,094	1,152,349,019	302,856,075
Peças e Acess. de Equipamentos Transp.	463,401,611	986,942,655	(523,541,044)
Alimentos e Bebidas dest. Industria	928,989	26,028,532	(25,099,543)
Bens diversos	99,744,785	2,011,904	97,732,881
<b>COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>48,126,230</b>	<b>9,879,118</b>	<b>38,247,112</b>
<b>DEMAIS OPERACOES</b>	<b>50,226</b>	-	<b>50,226</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3,801,409,131</b>	<b>3,316,877,732</b>	<b>484,531,399</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Embora o mercado interno continue retraído, segundo carta da ANFAVEA de Setembro, as exportações de veículos leves ampliou 10,65% e de caminhões 9,5% nos três primeiros trimestres de 2015, comparado a igual período de 2014.

Em um ambiente macroeconômico em retração, as tarefas de estimular a atividade produtiva local e melhorar a dinâmica do mercado de trabalho tornam-se mais complexas, especialmente a curto prazo. Reter os empreendimentos estabelecidos na região, desenvolver novas vocações produtivas, e qualificar tecnologicamente o parque produtivo parecem ser alguns dos itens que necessitam estar na pauta de médio e longo prazo para a região do Grande ABC.

# OPINIÃO

## O RETORNO DOS INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA

A economia brasileira experimenta indicadores fortemente negativos em todos os setores da atividade econômica. A indústria de transformação registra decréscimo superior a 6% no acumulado do ano, comprometendo o desempenho de setores que dependem da produção de manufaturados. Da mesma forma, o setor de serviços que possui grande parte das atividades relacionadas com a indústria e que fornece a maior contribuição para a formação do PIB nos últimos meses, tem apresentado forte desaceleração com índices decrescentes de desempenho. Por outro lado o comércio que depende da renda dos consumidores sofre as consequências da queda dos rendimentos proveniente do aumento do desemprego e da falta de confiança na economia futura, a partir dos comentários divulgados que envolvem a crise no momento atual e no próximo ano.

Criou-se, então, pessimismo e descrença na possibilidade de resolução imediata dos problemas com a situação agravada pela indefinição e desencontro existente entre os poderes Executivo e Legislativo. A consequência imediata foi a redução do índice de confiança dos agentes, testemunhada pelos diversos índices apurados por institutos de pesquisas dos diversos setores, que apontaram para o mesmo caminho de queda, independentemente do grupo pesquisado.

Em reunião de líderes empresariais, ocorrida recentemente, foi sugerida como forma de alavancar o desenvolvimento, com multiplicação positiva nos diversos setores da economia, investimentos na infraestrutura, minimizando os problemas existentes e possibilitando maior fluência da produção nacional a custos mais competitivos. Na ocasião, foram apontadas necessidades nas áreas de portos, aeroportos, rodovias e demais meios de escoamento da produção em direção aos centros consumidores, bem como fortalecimento

# 20

dos corredores de exportação, com a integração dos diversos tipos de transportes, criando uma rede intermodal de locomoção das riquezas provenientes da atividade primária e secundária, atendendo os anseios de produtores, empresários e consumidores.

Deve-se recordar que em 2011, o governo anunciou esforço para o aumento dos investimentos nos setores básicos da economia, num plano que mereceu aplausos da sociedade, mas que não evoluiu, em razão dos empecilhos criados para a entrada de investidores interessados e que não incentivaram os aportes necessários de recursos, em razão das exigências consideradas impróprias economicamente, na medida em que não garantiam o retorno esperado dos investimentos efetuados.

O Governo Federal, após revisão dos conceitos e exigências solicitados em 2011 e anteriormente à situação atual de crise, anunciou intenção de investimentos no montante de R\$198 bilhões a serem distribuídos em projetos de infraestrutura, dentre os quais os direcionados para a modernização de estradas, portos e aeroportos. A viabilização da ideia exige, no entanto, a presença de investidores externos e mesmo das empresas nacionais, pois o Estado não possui condições de aplicar recursos em tais obras, a se considerar a situação atual de déficit nas contas públicas, em busca de solução.

A grande dúvida hoje presente diz respeito à possibilidade de atração de capitais externos para a viabilização dos projetos, uma vez que o país foi rebaixado no grau de investimento por uma agência importante de risco, sendo possível o anúncio de outras sanções por parte de outras agências, diante da situação atual. Mesmo que sejam concedidas condições para o retorno positivo dos investimentos, ao contrário do que ocorreu no passado, resta a dúvida de como se portarão os investidores diante das condições da economia no longo prazo.

Resta saber até que ponto a perda do grau de investimento caminhará no sentido contrário à atração de capitais de longo prazo a serem aplicados nas obras necessárias, em conjunto com a permanência do conflito político existente, causador de insegurança nos investidores.

Afinal, apesar da crise atual e da previsão de dificuldades a serem enfrentadas nos próximos anos, o tamanho do mercado e as possibilidades futuras do país, poderão se constituir em atrativos importantes na eleição de prioridades, dentre as quais a infraestrutura cumpre um papel importante, em razão de seu elevado poder de multiplicação a outros setores da economia, possibilitando rentabilidade nos investimentos efetuados, ao mesmo tempo em que, gerando empregos e aumento de renda aumentando a competitividade do país no confronto com nações em igual nível de desenvolvimento

Por Leonel Tinoco Netto: consultor econômico e professor de economia no Centro Universitário da Fundação Santo André e Delegado Regional do Corecon no Grande ABC



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.  
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)  
Tel: 4366-5035

**22**